

Transferências intergeracionais: uma análise internacional*

Cássio Maldonado Turra**
Bernardo Lanza Queiroz***

O ciclo de vida econômico é caracterizado por três fases distintas: duas fases de dependência econômica intercaladas por uma fase produtiva, geradora de excedentes. Na maior parte das sociedades, crianças consomem recursos gerados por adultos, transferidos pela família ou pelo setor público. Idosos, por sua vez, dispõem de ativos acumulados durante a fase ativa, de recursos produzidos e transferidos por outros adultos ou ainda de operações de crédito efetuadas no mercado. Cada sociedade, em determinada época, estabelece, mediante normas sociais, leis e decisões individuais, a combinação de mecanismos para a alocação de recursos no ciclo de vida.

Embora as transferências intergeracionais representem parcela significativa da produção distribuída no ciclo de vida, questões sobre a relação desses fluxos com as variáveis demográficas e econômicas permanecem em aberto na literatura. Em 2004 foi formado um grupo internacional de pesquisadores para estudar os sistemas de transferências intergeracionais em diferentes contextos socioeconômicos, demográficos e políticos (Lee e Mason, 2004).¹ Nas próximas seções, apresentamos um resumo do plano de trabalho. Após

discutirmos as questões que serão avaliadas pela pesquisa, indicamos a metodologia e bases de dados que serão utilizadas e antecipamos alguns resultados preliminares para o Brasil.

Objetivos e questões da pesquisa

Determinantes das Transferências Intergeracionais

Um dos objetivos do projeto é avaliar o papel da família e do setor público como canais de transferência de recursos entre gerações. À luz da teoria econômica, algumas hipóteses quanto aos determinantes das transferências serão examinadas, esclarecendo a evolução histórica dos fluxos intergeracionais e as consequências de futuras reformas nas políticas públicas. Entre estas teorias estão, por exemplo, a hipótese de *pooling* do risco, proposta para explicar as transferências entre adultos, e as hipóteses de seguridade e troca que propõem expor o peso dado às transferências na família durante o ciclo de vida (Lillard e Willis, 1997).

Uma outra hipótese, a de repagamento (Becker e Murphy, 1988), receberá atenção especial no projeto por tratar da relação entre as transferências públicas e familiares. Segundo esta teoria, a criação dos sistemas públicos de educação e previdência ocorreu em função da impossibilidade de adultos e crianças firmarem contratos de repagamento na família que garantissem, de um lado, investimentos eficientes no capital humano das crianças e, de outro, o consumo dos adultos durante a velhice. Perante o risco de que pais investissem na educação dos filhos menos do que o nível considerado

* Agradecemos a Ronald Lee e Paulo T.A. Paiva pelos comentários. Os erros e omissões são responsabilidade dos autores. Este trabalho foi financiado com recursos do National Institute of Aging, projetos R01-AG025488-01 e R37-AG11761.

** Pesquisador associado ao Office of Population Research, Princeton University e ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

*** Doutorando em demografia pela University of California at Berkeley.

¹ O projeto Macroeconomic Demographic of Intergenerational Transfers é financiado com recursos do National Institute of Aging dos EUA. O projeto inclui o Brasil, Chile, Estados Unidos, Japão, França, Taiwan, Indonésia, China, Tailândia, Índia, Suécia, Filipinas, Uruguai e Coreia do Sul. O grupo de pesquisadores é liderado pelos Professores Ronald Lee da University of California at Berkeley e Andrew Mason do East-West Center, Hawaii.

ótimo, os Estados instituíram os sistemas de educação pública, financiados com impostos pagos por adultos. Mais tarde, como forma de compensar os adultos e garantir seu consumo futuro, foram criados os sistemas de seguridade social. Com base em séries históricas de transferências intergeracionais, será possível verificar se o desenvolvimento dos sistemas de transferências públicas no Brasil ocorreu de forma que garantisse a equidade entre gerações, compensando os diferentes grupos de idade como proposto por Becker e Murphy (1988), ou se seguiu um padrão distinto, do tipo proposto por Preston (1984), caracterizado pelo favorecimento de um grupo etário específico em função de seu tamanho relativo na população e de seu peso político.

Transferências intergeracionais e poupança

Com base em trabalhos teóricos sobre sistemas de transferências e poupança (Mason, 1987; Lee, 1994), o segundo objetivo do projeto é examinar os determinantes das taxas de poupança agregada. Serão estudados tanto os efeitos de mudanças demográficas quanto os efeitos dos sistemas de transferências públicas e familiares sobre a poupança.

As variáveis demográficas afetam a taxa de poupança de duas formas. Em primeiro lugar, pelas mudanças na estrutura etária da população. Em geral, os chefes de domicílios poupadores são mais jovens do que os de domicílios não poupadores e, portanto, especula-se que o envelhecimento populacional reduza a taxa de poupança agregada. Em segundo lugar, mudanças nas variáveis demográficas, como, por exemplo, a redução da fecundidade, afetam a composição do consumo no domicílio, alterando os perfis de poupança domiciliar. Assumindo um modelo de ciclo de vida, a pesquisa vai determinar o peso relativo de cada um desses efeitos nos diversos países.

Com relação aos efeitos das transferências intergeracionais sobre a poupança, dois aspectos serão estudados. O primeiro

deles refere-se ao caráter endógeno dos sistemas de transferências na relação entre mudanças demográficas e taxa de poupança. O segundo aspecto refere-se ao debate Feldstein-Barro em relação ao efeito dos sistemas de seguridade social sobre o nível de poupança da economia. Feldstein (1974) argumenta que as transferências públicas para idosos reduzem a necessidade de acumulação de capital na fase ativa, além de transferir recursos de um grupo de maior propensão a poupar (adultos) para outro de maior propensão a consumir (idosos). Em contrapartida, Barro (1974) sugere que tais efeitos são minimizados pelo aumento das transferências familiares, de idosos para adultos. A questão é relevante para o Brasil em razão, sobretudo, do debate recente sobre a mudança no modelo de previdência pública e do aumento no número de domicílios cuja renda principal advém de benefícios previdenciários.

Equidade intergeracional e políticas públicas

Outra questão é a avaliação do papel das reformas de políticas públicas e das mudanças demográficas na redução ou no agravamento de desigualdades intergeracionais. Embora alguns trabalhos anteriores já tenham examinado a desigualdade intergeracional no Brasil, este projeto propõe o debate deste tema de uma forma mais abrangente, que considere tanto a multiplicidade de mecanismos de alocação e sua interrelação, quanto o desenvolvimento histórico dos sistemas de transferências intergeracionais no país.

Metodologia e dados

O modelo de transferências divide a economia em dois setores: famílias e governo. No caso das famílias, a unidade de referência é sempre o indivíduo. Para estimar os perfis econômicos individuais – consumo, renda do trabalho, transferências familiares e públicas –, utilizamos dados de pesquisas orçamentárias (Endef, PPV, POFs), dados de pesquisas domiciliares (PNADs), dados censitários (1960 a 2000) e informações

oficiais sobre o valor e a distribuição por idade de serviços públicos, benefícios e impostos pagos. Dado que algumas variáveis econômicas são coletadas na unidade domiciliar, utilizamos diferentes métodos para alocar os valores entre indivíduos, incluindo os métodos de Engel (consumo) e de agentes (transferências familiares).² Informações demográficas – fecundidade, mortalidade e distribuições etárias de populações observadas – são obtidas em publicações anteriores (por exemplo, Carvalho, 1978 e Nações Unidas) ou estimadas com base nos censos e dados do registro civil.

Enquanto alguns países participantes do projeto dispõem de informações para todo o século XX, a escassez de dados no Brasil não permite a construção de uma série histórica longa. Nosso objetivo é montar uma base de dados que cubra o período entre os anos de 1960 e 2000. Um modelo de macrossimulação (Lee e Mason, 2004), construído por meio de diversos modelos econômicos e demográficos (modelo de ciclo de vida e modelo de Lee-Carter, por exemplo), será utilizado tanto para completar as séries históricas na ausência de dados observados, como para projetar as transferências intergeracionais de acordo com diferentes cenários para as políticas públicas e dinâmica demográfica. Os dados ficarão disponíveis na internet e poderão ser utilizados por outros pesquisadores.

Referências bibliográficas

BARRO, R.J. Are government bonds net worth? **Journal of Political Economy**, v. 82, n.6, p. 1095-1117, 1974.

BECKER, G.S. e MURPHY, K.M. The family and the state. **Journal of Law & Economics**, v. 31, p. 1-18, apr., 1988.

CARVALHO, J.A.M. **Fecundidade e mortalidade no Brasil**. 1960/1970, Belo Horizonte: Cedeplar, 1978. p. 102.

Resultados preliminares

Trabalhos recentes que utilizam o modelo de transferências intergeracionais (Turra, 2000; Turra e Rios-Neto, 2001) indicam uma situação peculiar para o Brasil quando comparado a outros países com o mesmo nível de desenvolvimento econômico. Enquanto as transferências familiares constituem a principal fonte para a manutenção de crianças, o setor público é o principal garantidor do consumo dos idosos. Embora ainda tenhamos uma população relativamente jovem, o volume de recursos *per capita* transferido pelo setor público para idosos é cerca de 7 vezes superior ao transferido para crianças. Ao final deste projeto será possível avaliar se o aparente favorecimento dos idosos reflete a história das políticas públicas no Brasil, ou se os fluxos são, de fato, justos do ponto de vista atuarial. Além disso, as projeções indicarão tanto a sustentabilidade fiscal dos sistemas de transferências públicas, quanto seu impacto sobre a poupança diante do rápido envelhecimento da população brasileira. Finalmente, a análise internacional permitirá discutir as razões históricas, políticas, socioeconômicas e demográficas para as diferenças e semelhanças na contabilidade intergeracional dos países participantes do projeto.

FELDSTEIN, M. Social security, induced retirement, and aggregate capital accumulation. **Journal of Political Economy**, v. 82, n. 5, p. 905-926, 1974.

LEE, R.D. The formal demography of population aging, transfers, and the economic life cycle. **Demography of Aging**, Washington, DC, National Academy Press, 1994. p. 8-48.

² Maiores informações sobre a estimação de perfis de transferências públicas e familiares podem ser encontradas em Turra (2000) e Lee e Mason (2004).

LEE, R. e MASON, A. A Research plan for the macroeconomic demography of intergenerational transfers. **NTA Working Papers**. n.1, jan., 2004.

LILLARD, L.A. e WILLIS, R.J. Motives for intergenerational transfers: evidence from Malaysia. **Demography**, v. 34, n. 1, p. 115-134, 1997.

MASON, A. National saving rates and population growth: a new model and new evidence. **Population Growth and Economic Development: Issues and Evidence**. Social Demography Series, Madison, Wisconsin, University of Wisconsin Press, p. 523-560, 1987.

PRESTON, S.H. Children and the elderly: divergent paths for America's dependents. **Demography**, v. 21, n. 4, p. 435-457, 1984.

TURRA, C.M. **Contabilidade das gerações: riqueza, sistemas de transferências e conseqüências de mudanças no padrão demográfico brasileiro**. Dissertação de mestrado em Demografia. Belo Horizonte: Cedeplar, 2000.

TURRA, C.M. e RIOS-NETO, E.L.G. **Intergenerational accounting and economic consequences of aging in Brazil**. Artigo apresentado na Conferência Geral de População, IUSSP, Salvador, Brasil, 2001.

Recebido para publicação em 02/05/2005.

Aceito para publicação em 30/09/2005.